

# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO N.º: 100/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE AUTOMAÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SINOS DESTINADOS A PRAÇA MUNICIPAL DE NOVO ITACOLOMI - PR.

### 1. INTRODUÇÃO

O PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO É UM DOS PILARES DA LEI N.º 14.133/2021 E TEM COMO OBJETIVO ASSEGURAR QUE AS LICITAÇÕES E OS CONTRATUAIS PÚBLICOS SEJAM CONDUZIDOS DE FORMA MAIS EFICIENTE E TRANSPARENTE.

PARA TANTO, A NOVA LEI ESTABELECE UMA SÉRIE DE REGRA E PROCEDIMENTOS QUE DEVEM SER OBSERVADOS NA FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA, DENTRE ELAS A OBRIGATORIEDADE DA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES PARA TODAS AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, DESTACANDO-SE ASSIM A IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO.

O PRESENTE DOCUMENTO CARACTERIZA A PRIMEIRA ETAPA DA FASE DE PLANEJAMENTO E APRESENTA OS DEVIDOS ESTUDOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO QUE ATENDERÁ À NECESSIDADE ABAIXO ESPECIFICADA.

O OBJETIVO PRINCIPAL É ESTUDAR DETALHADAMENTE A NECESSIDADE E IDENTIFICAR NO MERCADO A MELHOR SOLUÇÃO PARA SUPRI-LA, EM OBSERVÂNCIA À NORMAS VIGENTES E AOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

### 2. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	ALINE APARECIDA DEGAM LIMA

### 3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

PARA A HABILITAÇÃO NA PRESENTE LICITAÇÃO, A EMPRESA INTERESSADA DEVERÁ ATENDER AOS SEGUINTE REQUISITOS:

COMPROVAR EXPERIÊNCIA EM AUTOMAÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SINOS DE

GRANDE PORTE;

APRESENTAR OPÇÕES VARIADAS DE SERVIÇOS COMPATIVELIS COM O OBJETO;

TER CAPACIDADE TÉCNICA PARA PRESTAR OS SERVIÇOS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO CONTRATANTE NO QUE DIZ RESPEITO A QUALIDADE DO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO;

DEVERÁ TER EQUIPE E EQUIPAMENTOS SUFICIENTES PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS SOLICITADOS PELA CONTRATANTE CONFORME DEMANDA;

DEVERÁ ARCAR COM OS CUSTOS DE DESLOCAMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E FUNCIONÁRIOS ATÉ O LOCAL INDICADO PARA A INSTALAÇÃO DOS SINOS;

A CONTRATADA TOMARÁ AS MEDIDAS DE SEGURANÇA CABÍVEIS AOS SERVIÇOS QUE EXECUTARÁ, NÃO RESPONSABILIZANDO A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ITACOLOMI.

A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER DIRETAMENTE O OBJETO, NÃO PODENDO TRANSFERIR RESPONSABILIDADE PELO OBJETO LICITADO PARA NENHUMA OUTRA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO DE QUALQUER NATUREZA;

COMPROVAÇÃO DE QUE O CONTRATADO PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA;

CONTRATAÇÃO SERÁ REALIZADA POR MEIO DE DISPENSA ELETRÔNICA, DE ACORDO COM A IN SEGES/ME N.º 67/2021 QUE DISPÕE SOBRE A DISPENSA DE LICITAÇÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, DE QUE TRATA O ART. 75 DA LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E INSTITUI O SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

#### **REQUISITOS LEGAIS E REGULATÓRIOS:**

REGISTRO DA EMPRESA: A EMPRESA DEVE ESTAR DEVIDAMENTE REGISTRADA E LICENCIADA CONFORME AS NORMAS LOCAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS.

ESTABILIDADE FINANCEIRA: PROVA DE ESTABILIDADE FINANCEIRA E CAPACIDADE DE CUMPRIR COM OS CONTRATOS.

COMPROVAÇÃO DE QUE O CONTRATADO PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA;

A EMPRESA DEVE ATENDER A ESSES REQUISITOS PARA GARANTIR UMA PARCERIA CONFIÁVEL, EFICIENTE E DE QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

A LICITANTE PODERÁ SER CONTRATADA, DESDE QUE SEJA PESSOA JURÍDICA E QUE EXPLORE RAMO DE ATIVIDADE COMPATÍVEL COM O OBJETO LICITADO E QUE ATENDAM ÀS CONDIÇÕES EXIGIDAS NO CERTAME.

OS SERVIÇOS ORA CONTRATADOS DEVERÃO SER EXECUTADOS POR FUNCIONÁRIOS DEVIDAMENTE HABILITADOS DA **CONTRATADA**, QUE TEM A EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE PELA SUA CONTRATAÇÃO E DEMISSÃO, PELO PAGAMENTO DE SEU TRABALHO, BEM COMO PELO CUMPRIMENTO DE TODAS AS OBRIGAÇÕES LEGAIS, DE QUALQUER NATUREZA, PARA COM OS MESMOS, NOTADAMENTE AS REFERENTES ÀS LEIS TRABALHISTAS E

PREVIDENCIÁRIAS, FICANDO DESSA FORMA, EXPRESSAMENTE, EXCLUÍDA A RESPONSABILIDADE DO **CONTRATANTE**.

A **CONTRATADA** RESPONSABILIZAR-SE-Á POR TODO E QUALQUER PREJUÍZO QUE POSSA SER ACARRETADO AO **CONTRATANTE** EM FUNÇÃO DO DESCUMPRIMENTO DE DISPOSITIVOS LEGAIS RELATIVOS AO OBJETO DO CERTAME. NÃO CEDER, TRANSFERIR OU SUBCONTRATAR A TERCEIROS, NO TODO OU EM PARTE, O OBJETO CONTRATUAL, SEM A PRÉVIA E EXPRESSA ANUÊNCIA DO **CONTRATANTE**, POR ESCRITO.

O **CONTRATANTE** IRÁ INDICAR O FISCAL DO CONTRATO, SENDO A **CONTRATADA** RESPONSÁVEL POR, A QUALQUER MOMENTO, FORNECER, SEMPRE QUE SOLICITADO PELO **CONTRATANTE**, INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS E ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO DO CONTRATO, MANTENDO OS MESMOS ATUALIZADOS E EM PLENA VIGÊNCIA, BEM COMO A DOCUMENTAÇÃO COMO OS DADOS CADASTRAIS JUNTO AO SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES (SICAF).

#### **4. DA NECESSIDADE DE LICITAÇÃO**

AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DEVEM SER ANTECEDIDAS DE PROCESSO LICITATÓRIO, PELO QUAL O ADMINISTRADOR ESCOLHERÁ PROPOSTA MAIS VANTAJOSA AO INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, EM SEU ART. 37, INCISO XXI, DISPÕE:

"ART. 37. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DE QUALQUER DOS PODERES DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS OBEDECERÁ AOS PRINCÍPIOS DE LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA E, TAMBÉM, AO SEGUINTE:

[...]

XXI - RESSALVADOS OS CASOS ESPECIFICADOS NA LEGISLAÇÃO, AS OBRAS, SERVIÇOS, COMPRAS E ALIENAÇÕES SER O CONTRATADOS MEDIANTE PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA QUE ASSEGURE IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES, COM CLÁUSULAS QUE ESTABELEÇAM OBRIGAÇÕES DE PAGAMENTO, MANTIDAS AS CONDIÇÕES EFETIVAS DA PROPOSTA, NOS TERMOS DA LEI, O QUAL SOMENTE PERMITIRÁ AS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA INDISPENSÁVEIS À GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES."

O TEXTO CONSTITUCIONAL ESTABELECEU, PORTANTO, A NECESSIDADE DE UM PROCEDIMENTO PRÉVIO FORMAL DE ESCOLHA PARA AS CONTRATAÇÕES DE OBRAS, SERVIÇOS, COMPRAS E ALIENAÇÕES. ESSE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PREPARATÓRIO DE UM CONTRATO A SER CELEBRADO ENTRE A MUNICIPALIDADE E OS PARTICULARES O QUE SE DENOMINA DE "LICITAÇÃO", ONDE SE ASSEGURE IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES. ASSIM, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ACOLHEU A PRESUNÇÃO DE QUE A PRÉVIA LICITAÇÃO À CONTRATAÇÃO É MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

ASSIM, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ACOLHEU A PRESUNÇÃO DE QUE A PRÉVIA LICITAÇÃO À CONTRATAÇÃO É MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, E, EM 1º DE ABRIL DE 2021, FOI EDITADA A LEI FEDERAL LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, REGULAMENTANDO O DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL ACIMA TRANSCRITO.

## 5. DA MODALIDADE

A PRETENSE CONTRATAÇÃO SE DARÁ ATRAVÉS DE DISPENSA ELETRÔNICA NA FORMA DA LEI FEDERAL LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, ART. 75, INCISO II, CONSIDERANDO QUE O SEU OBJETO TRATA-SE DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, NA QUAL DISPENSA A NECESSIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO QUE ENVOLVA VALORES INFERIORES A R\$ 59.906,02 (CINQUENTA E NOVE MIL NOVECENTOS E SEIS REAIS E DOIS CENTAVOS), NO CASO DE OUTROS SERVIÇOS E COMPRAS.

NO TOCANTE A DISPENSA ELETRÔNICA, VISA-SE AUMENTAR A QUANTIDADE DE FORNECEDORES E BARATEAR A CONTRATAÇÃO. PERMITE A AMPLIAÇÃO DA DISPUTA COM A PARTICIPAÇÃO DE MAIOR NÚMERO INTERESSADOS, É UMA MODALIDADE ÁGIL, TRANSPARENTE E QUE POSSIBILITA UMA NEGOCIAÇÃO EFICAZ ENTRE OS PARTICIPANTES. ALÉM DISSO, TORNA EFETIVAMENTE MAIS EFICIENTE O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO.

AINDA, A PRETENSE CONTRATAÇÃO SERÁ REALIZADA ATRAVÉS DA PLATAFORMA ELETRÔNICA **COMPRAS GOV** QUE É O SISTEMA ELETRÔNICO DESENVOLVIDO PELO GOVERNO FEDERAL NO QUAL ESSE PROCESSO DEVE ACONTECER. ELE UNE FORNECEDORES INTERESSADOS EM AUMENTAR O SEU FATURAMENTO COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO GOVERNO. ALÉM DISSO, O SISTEMA CUMPRE A FUNÇÃO DE OFERECER AS MELHORES SOLUÇÕES DE MERCADO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ATRAVÉS DO SITE: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

A PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS SE DARÁ POR MEIO DE PARTICIPAÇÃO DIRETA OU ATRAVÉS DE EMPRESAS ASSOCIADAS À PLATAFORMA ELETRÔNICA **COMPRAS GOV**, A QUAL DEVERÁ MANIFESTAR, POR MEIO DE SEU OPERADOR DESIGNADO.

## 6. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

CONSIDERANDO, QUE O OBJETO POSSUI CARACTERÍSTICA DE INDIVISÍVEL DESTACA-SE A NECESSIDADE QUE SEJA UTILIZADO O CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DO TIPO **MENOR PREÇO - POR GRUPO**.

## 7. DA EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

CONSIDERANDO, O VALOR POR ITEM E EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE O ART.47, E INCISO I DO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N.º 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014 E LEI COMPLEMENTAR N.º 155, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016, O OBJETO DESTA LICITAÇÃO SERÁ DESTINADO **EXCLUSIVAMENTE** À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

ART. 47. NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, DEVERÁ SER CONCEDIDO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OBJETIVANDO A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO ÂMBITO MUNICIPAL E REGIONAL, A AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O INCENTIVO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. [\(REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 2014\)](#)

ART. 48. PARA O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 47 DESTA LEI COMPLEMENTAR, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: [\(REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 2014\)](#)

I - DEVERÁ REALIZAR PROCESSO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS ITENS DE CONTRATAÇÃO CUJO VALOR SEJA DE ATÉ R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS); [\(REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 2014\).](#)

#### **8. DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

A PRESENTE CONTRATAÇÃO JUSTIFICA-SE PELO OBJETIVO DE AMPLIAÇÃO AO PROJETO ADMINISTRATIVO PARA A REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL. ESSA AÇÃO, ALÉM DE AGREGAR VALOR HISTÓRICO E CULTURAL AO ESPAÇO PÚBLICO, VISA FORTALECER O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO DA COMUNIDADE E PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL.

TAL AQUISIÇÃO POSSUI INÚMEROS OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS, DENTRE ELES ESTÃO:

##### **VALOR HISTÓRICO E CULTURAL:**

SÍMBOLO DE COMUNIDADE: O SINO, AO LONGO DA HISTÓRIA, TEM SIDO UTILIZADO COMO UM ELEMENTO DE COMUNICAÇÃO E CONVOCAÇÃO, REPRESENTANDO A UNIÃO E A IDENTIDADE DE UMA COMUNIDADE.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO: A INSTALAÇÃO DE UM SINO NA PRAÇA MUNICIPAL PODE CONTRIBUIR PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL E FORTALECER A IDENTIDADE CULTURAL DA CIDADE.

ATRAÇÃO TURÍSTICA: O SINO, COMO UM ELEMENTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO, PODE SE TORNAR UM PONTO DE REFERÊNCIA E ATRAIR TURISTAS, CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL.

##### **REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL:**

VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: A INSTALAÇÃO DO SINO IRÁ VALORIZAR A PRAÇA, TRANSFORMANDO-A EM UM LOCAL MAIS ATRATIVO E CONVIDATIVO PARA A POPULAÇÃO.

PROMOÇÃO DA CULTURA: O SINO PODE SER UTILIZADO EM EVENTOS CULTURAIS, COMO APRESENTAÇÕES MUSICAIS E CELEBRAÇÕES, ENRIQUECENDO A VIDA CULTURAL DA CIDADE.

MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA: UM ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO E COM ELEMENTOS HISTÓRICOS CONTRIBUI PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, PROMOVENDO O LAZER E A CONVIVÊNCIA SOCIAL.

##### **BENEFÍCIOS PARA A COMUNIDADE:**

FORTALECIMENTO DO SENSO DE COMUNIDADE: O SINO PODE SER UTILIZADO PARA MARCAR EVENTOS IMPORTANTES DA CIDADE, COMO FESTAS POPULARES E COMEMORAÇÕES CÍVICAS, FORTALECENDO O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO À COMUNIDADE.

ATRAÇÃO PARA DIVERSAS FAIXAS ETÁRIAS: O SINO PODE SER UM PONTO DE ENCONTRO PARA PESSOAS DE TODAS AS IDADES, PROMOVENDO A INTERAÇÃO ENTRE DIFERENTES GERAÇÕES.

VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO: A INSTALAÇÃO DO SINO DEMONSTRA O COMPROMISSO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA

CIDADE.

A AQUISIÇÃO DE UM SINO PARA A REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL É UMA INICIATIVA QUE TRARÁ DIVERSOS BENEFÍCIOS PARA A COMUNIDADE, COMO A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, A PROMOÇÃO DA CULTURA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA. ESSA AÇÃO DEMONSTRA O COMPROMISSO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DA CIDADE.

## **9. PESQUISA DE PREÇOS**

A PESQUISA DE PREÇOS É O PROCEDIMENTO POR MEIO DO QUAL SE BUSCA O VALOR DE REFERÊNCIA EM PROCESSOS DE LICITAÇÃO. A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI N.º 14.133/2021) FAZ REMISSÕES À ESTIMATIVA DE CUSTOS COMO BALIZA PROCEDIMENTAL NECESSÁRIA NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

E, ESPECIFICAMENTE, O ARTIGO 18, § 1.º, INCISO VI, DA REFERIDA LEI, ADUZ QUE:

ART. 18. (...).

§ 1º O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR A QUE SE REFERE O INCISO I DO CAPUT DESTES ARTIGO DEVERÁ EVIDENCIAR O PROBLEMA A SER RESOLVIDO E A SUA MELHOR SOLUÇÃO, DE MODO A PERMITIR A AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DA CONTRATAÇÃO, E CONTERÁ OS SEGUINTE ELEMENTOS:

(...)

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO.

NÃO OBSTANTE, O ART. 23 DISPÕE QUE *“O VALOR PREVIAMENTE ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM OS VALORES PRATICADOS PELO MERCADO, CONSIDERADOS OS PREÇOS CONSTANTES DE BANCOS DE DADOS PÚBLICOS E AS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, OBSERVADAS A POTENCIAL ECONOMIA DE ESCALA E AS PECULIARIDADES DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO”*.

A PARTIR DAS DIRETRIZES ACIMA DELINEADAS, FORAM REALIZADOS ORÇAMENTOS JUNTO À INICIATIVA PRIVADA, NA PLATAFORMA LF SISTEMAS, E, POSTERIORMENTE, A PARTIR DA MÉDIA DOS PREÇOS, ESTABELECEU-SE O VALOR ESTIMADO PARA SER LICITADO SEGUNDO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) EXARADO NO ACÓRDÃO N.º 3068/2010-PLENÁRIO, SEGUNDO O QUAL *“O PREÇO DE MERCADO É MAIS BEM REPRESENTADO PELA MÉDIA OU MEDIANA UMA VEZ QUE CONSTITUEM MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL E, DESSA FORMA, REPRESENTAM DE UMA FORMA MAIS ROBUSTA OS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO”* (TCU – ACÓRDÃO N.º 3068/2010-PLENÁRIO, TC-024.376/2008-6, REL. MIN. BENJAMIN ZYMLER, 17.11.2010).

A PESQUISA DE PREÇOS (**MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS E ORÇAMENTOS**) NO QUAL FOI DEFINIDO OS VALORES DE REFERÊNCIA ENCONTRAM-SE ANEXO A ESTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

## **10. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO**

A ESTIMATIVA DE QUANTIDADES VISA À ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO E À ANÁLISE DE SUA VIABILIDADE. A ESTIMATIVA FINAL PARA A CONTRATAÇÃO DEVERÁ COMPOR O TERMO DE REFERÊNCIA OU O PROJETO BÁSICO.

PARA A PRETENSA AQUISIÇÃO A ESTIMATIVA DE QUANTIDADES TEVE COMO REFERÊNCIA O SALDO LICITADO PARA A ÚLTIMA AQUISIÇÃO DO MESMO OBJETO NO ANO DE 2023, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO ACRÉSCIMOS DE NOVOS SETORES DEMANADANTES. ASSIM COMO SEGUE:

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE QUANTIDADES.			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE LICITADA NO ANO ANTERIOR	ESTIMATIVA (2024)
01	AUTOMAÇÃO DO SINO DE 75 KG EXISTENTE NA IGREJA, INCLUINDO: CONTRAPESO DE FERRO COM MANCAIS E ROLAMENTOS DE FERRO, CENTRAL DIGITAL DE COMANDO PRÉ-PROGRAMADO VIA APLICATIVO DE CELULAR OU MANUAL, MOTOR MAGNÉTICO, SENSORES E BASES (SUPORTE) EM ESTRUTURA METÁLICA.	*	01
02	CONJUNTO CONTENDO UM SINO DE 56 KG EM BRONZE E PERSONALIZADO COM AUTOMAÇÃO POR BALANÇO INCLUINDO CONTRAPESO DE FERRO COM MANCAIS E ROLAMENTOS DE FERRO, CENTRAL DIGITAL DE COMANDO PRÉ-PROGRAMADO VIA APLICATIVO DE CELULAR OU MANUAL, MOTOR MAGNÉTICO, SENSORES E CAVALETE EM ESTRUTURA METÁLICA. MEDIDAS DO SINO: 45 CM DE BOCA X 50 CM DE ALTURA NOTA MUSICAL SOL.	*	01
OS ITENS QUE APRESENTAM (*) NÃO FORAM LICITADOS NAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES, SENDO A SUA ESTIMATIVA CALCULADA COM BASE NA DEMANDA ATUAL DO REFERIDO ITEM.			

**11. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

PARA A CONTRATAÇÃO DE QUE TRATA O OBJETO, SENDO AGRUPADO, JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE PRESERVAR A INTEGRIDADE QUALITATIVA DO OBJETO, UMA VEZ QUE VÁRIOS FORNECEDORES PARA UM ÚNICO SERVIÇO, PODERÃO IMPLICAR DESCONTINUIDADE DA PADRONIZAÇÃO, BEM ASSIM EM DIFICULDADES GERENCIAIS E, ATÉ MESMO, AUMENTO DOS CUSTOS, POIS A CONTRATAÇÃO TEM A FINALIDADE DE FORMAR UM TODO UNITÁRIO. SOME-SE A ISSO, A POSSIBILIDADE DE ESTABELECIMENTO DE UM PADRÃO DE QUALIDADE E EFICIÊNCIA QUE PODE SER ACOMPANHADO AO LONGO DOS FORNECIMENTOS, O QUE FICA SOBREMANEIRA, DIFICULTADO QUANDO SE TRATA DE DIVERSOS FORNECEDORES.

O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO EM ITENS, NOS TERMOS DO INCISO V, ALÍNEA “B” DO ART. 40, DA LEI N.º 14.133/21, NESTE CASO, SE DEMONSTRA TÉCNICA E ECONOMICAMENTE INVIÁVEL, NÃO TENDO A FINALIDADE DE REDUZIR O CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO, VISA, TÃO SOMENTE, ASSEGURAR A GERÊNCIA SEGURA DA CONTRATAÇÃO, E PRINCIPALMENTE, ASSEGURAR, NÃO SÓ A MAIS AMPLA COMPETIÇÃO NECESSÁRIA EM UM PROCESSO LICITATÓRIO, MAS TAMBÉM, ATINGIR A SUA FINALIDADE E EFETIVIDADE, QUE É A DE ATENDER A CONTEÚTO AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

AINDA, ESTE AGRUPAMENTO FAZ-SE NECESSÁRIO HAJA VISTA A ECONOMIA DE ESCALA, A EFICIÊNCIA NA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, EVITANDO OS TRANSTORNOS QUE PODERIAM SURGIR COM A EXISTÊNCIA DE DUAS OU MAIS EMPRESAS PARA A EXECUÇÃO E SUPERVISÃO DE UM SÓ TIPO DE FORNECIMENTO, EVITANDO O COMPROMETIMENTO DE TODO O CONJUNTO DO OBJETO LICITADO.

**12. CONCESSÃO DE USO POR COMODATO DA PRAÇA MUNICIPAL**

A PRESENTE CONTRATAÇÃO FAZ PARTE DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL. DITO ISTO, IMPORTA RESSALTAR A EXISTÊNCIA DE UM INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONCESSÃO DE

USO POR COMODATO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ITACOLOMI E A DIOCESE DE APUCARANA, QUE É A LEGÍTIMA E EXCLUSIVA PROPRIETÁRIA DA INTEGRALIDADE DA PRAÇA MATRIZ DA IGREJA, CORRESPONDENTE AOS LOTES DE TERRAS QUADRA 12, COM AREA TOTAL DE 3.716 METROS QUADRADOS.

O PRESENTE INSTRUMENTO CONCEDE A PREFEITURA MUNICIPAL OS DIREITOS E OBRIGAÇÕES NO QUE DIZ RESPEITO A UTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL, DESDE QUE CUMPRIDAS AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO REFERIDO INSTRUMENTO DE CONCESSÃO.

PORTANTO, A PREFEITURA MUNICIPAL POSSUI OS DIREITOS PARA ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE PROJETOS DESTINADOS À REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL. AINDA, A PRESENTE AQUISIÇÃO ENCONTRA-SE DENTRO DAS MODIFICAÇÕES PERMITIDAS PELO INSTRUMENTO DE CONCESSÃO.

POR FIM, O INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONCESSÃO DE USO POR COMODATO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ITACOLOMI E A DIOCESE DE APUCARANA SEGUE ANEXO A ESTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

### **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

NÃO HAVERÁ NECESSIDADE DE REALIZAR CONTRATAÇÕES CORRELATAS.

APÓS VERIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS, OBSERVOU-SE QUE NÃO SE FAZ NECESSÁRIA A REALIZAÇÃO DE DEMAIS CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES AO OBJETO PRETENDIDO, TENDO EM VISTA SE TRATAR DE UM SERVIÇO DEFINITIVO.

### **14. BENEFÍCIOS GERAIS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

A AQUISIÇÃO DE SINOS REPRESENTA MUITO MAIS DO QUE A SIMPLES COMPRA DE UM OBJETO SONORO. TRATA-SE DE UM INVESTIMENTO QUE PODE TRAZER DIVERSOS BENEFÍCIOS PARA A COMUNIDADE, TANTO EM TERMOS CULTURAIS QUANTO SOCIAIS E ECONÔMICOS.

#### **BENEFÍCIOS CULTURAIS:**

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL:** OS SINOS SÃO ELEMENTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DE GRANDE VALOR, CAPAZES DE FORTALECER A IDENTIDADE LOCAL E PRESERVAR AS TRADIÇÕES DA COMUNIDADE.

**SÍMBOLO DA CIDADE:** A INSTALAÇÃO DE SINOS PODE TRANSFORMAR ESSES INSTRUMENTOS EM VERDADEIROS SÍMBOLOS DA CIDADE, REPRESENTANDO A SUA HISTÓRIA E A SUA COMUNIDADE.

**ATRAÇÃO TURÍSTICA:** SINOS HISTÓRICOS E BEM CUIDADOS PODEM SE TORNAR UM PONTO DE INTERESSE TURÍSTICO, ATRAINDO VISITANTES E GERANDO RENDA PARA A CIDADE.

#### **BENEFÍCIOS SOCIAIS:**

**CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS:** EM CIDADES COM FORTE TRADIÇÃO RELIGIOSA, OS SINOS PODEM SER UTILIZADOS EM CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS, FORTALECENDO OS LAÇOS COMUNITÁRIOS.

**MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA:** O SOM DOS SINOS PODE CRIAR UMA ATMOSFERA MAIS AGRADÁVEL E ACOLHEDORA NA CIDADE, CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS.

#### **OUTROS BENEFÍCIOS:**



**AUMENTO DO TURISMO:** A PRESENÇA DE SINOS HISTÓRICOS PODE ATRAIR TURISTAS, GERANDO RENDA PARA A CIDADE ATRAVÉS DE HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS.

**VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO:** OS SINOS DE BRONZE, QUANDO INSTALADOS EM LOCAIS ESTRATÉGICOS, PODEM CONTRIBUIR PARA A BELEZA E A HARMONIA DO ESPAÇO URBANO.

POR FIM, A AQUISIÇÃO DE SINOS DE BRONZE REPRESENTA UM INVESTIMENTO COM RETORNO SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICO PARA A CIDADE. É UMA FORMA DE VALORIZAR O PATRIMÔNIO HISTÓRICO, FORTALECER A IDENTIDADE LOCAL, MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS E ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

## 15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:

RISCO 1 - ESTIMATIVA DOS VALORES EM DESACORDO COM OS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO	
PROBABILIDADE:	BAIXO
IMPACTO:	MÉDIO
DANO:	CERTAME DESERTO OU ITEM FRACASSADO.
AÇÃO PREVENTIVA:	<ul style="list-style-type: none"><li>• OBTER OS VALORES DOS CONTRATOS FECHADOS NAS LICITAÇÕES;</li><li>• COLETAR PREÇOS DE MERCADO PARA OS PRODUTOS OU SERVIÇOS LICITADOS, O QUE PODE SER FEITO ATRAVÉS DE COTAÇÕES, PREÇOS PÚBLICOS DISPONÍVEIS, SITES DE COMPARAÇÃO DE PREÇOS;</li><li>• COMPARAR OS VALORES LICITADOS COM OS PREÇOS DE MERCADO;</li><li>• IDENTIFICAR VARIAÇÕES SIGNIFICATIVAS. POR EXEMPLO, SE OS VALORES LICITADOS SÃO MUITO SUPERIORES OU INFERIORES AOS PREÇOS DE MERCADO;</li><li>• ESTABELECEER UMA CESTA DE PREÇOS ACEITÁVEIS NA PESQUISA DE PREÇOS DA LICITAÇÃO;</li><li>• REALIZAR A MÉDIA DOS ORÇAMENTOS ESTABELECEENDO O VALOR ESTIMADO PARA SER LICITADO, SEGUNDO E ENTENDIMENTO DO TCU, NO ACÓRDÃO N.º 3068/2010-PLENÁRIO, AFIRMOU QUE “O PREÇO DE MERCADO É MAIS BEM REPRESENTADO PELA MÉDIA OU MEDIANA UMA VEZ QUE CONSTITUEM MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL E, DESSA FORMA, REPRESENTAM DE UMA FORMA MAIS ROBUSTA OS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO”.</li></ul>
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	<ul style="list-style-type: none"><li>• RETORNAR O PROCESSO PARA A FASE PREPARATÓRIA;</li><li>• DOCUMENTAR TODAS AS VARIAÇÕES IDENTIFICADAS;</li><li>• ELABORAR UM RELATÓRIO DETALHADO DESCREVENDO AS DISCREPÂNCIAS E POSSÍVEIS RAZÕES (SUPERFATURAMENTO, SUBAVALIAÇÃO, FALTA DE COMPETITIVIDADE, ETC.);</li><li>• SUGERIR AÇÕES PARA CORRIGIR OS VALORES EM DESACORDO.</li></ul>

RISCO 2 - QUESTIONAMENTOS EXCESSIVOS	
PROBABILIDADE:	BAIXA
IMPACTO:	BAIXO
DANO:	<ul style="list-style-type: none"><li>• AUMENTO DE CUSTOS: CADA QUESTIONAMENTO REQUER TEMPO E RECURSOS PARA SER RESPONDIDO, O QUE PODE AUMENTAR OS CUSTOS ADMINISTRATIVOS;</li><li>• MULTAS E PENALIDADES: ILEGALIDADES PODEM RESULTAR EM MULTAS OU PENALIDADES PREVISTAS EM LEI;</li><li>• PERDA DE OPORTUNIDADES: ILEGALIDADES PODEM FAZER COM QUE PROJETOS IMPORTANTES SEJAM ADIADOS OU CANCELADOS;</li><li>• PERDA DE CREDIBILIDADE: UM PROCESSO DE LICITAÇÃO MARCADO POR MUITOS QUESTIONAMENTOS E ATRASOS PODE LEVAR À PERDA DE CONFIANÇA POR</li></ul>

	<p>PARTES DOS FORNECEDORES E DO PÚBLICO;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CONFLITOS ADMINISTRATIVOS: QUESTIONAMENTOS PODEM REVELAR AMBIGUIDADES NOS EDITAIS E CONTRATOS QUE RESULTAM EM DISPUTAS E RENEGOCIAÇÕES;</li> <li>• LITÍGIOS: QUESTIONAMENTOS PODEM ESCALAR PARA DISPUTAS LEGAIS, RESULTANDO EM PROCESSOS JUDICIAIS QUE CONSOMEM TEMPO E RECURSOS.</li> </ul>
AÇÃO PREVENTIVA:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EDITAL CLARO E COMPLETO: ASSEGURAR QUE TODOS OS DOCUMENTOS DE LICITAÇÃO SEJAM CLAROS, DETALHADOS E ABRANGENTES;</li> <li>• ANÁLISE DE RISCOS: IDENTIFICAR POSSÍVEIS ÁREAS DE QUESTIONAMENTO E PREPARAR RESPOSTAS ANTECIPADAMENTE;</li> <li>• TREINAMENTO PARA EQUIPES: CAPACITAR A EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E GESTÃO DAS LICITAÇÕES;</li> <li>• ANÁLISE DE FEEDBACK: RECOLHER E ANALISAR FEEDBACK DOS PARTICIPANTES APÓS CADA LICITAÇÃO PARA IDENTIFICAR ÁREAS DE MELHORIA;</li> <li>• REVISÃO CONTÍNUA: REVISAR E ATUALIZAR CONTINUAMENTE OS PROCESSOS DE LICITAÇÃO COM BASE EM EXPERIÊNCIAS PASSADAS E MELHORES PRÁTICAS;</li> <li>• SESSÕES DE ESCLARECIMENTO: REALIZAR SESSÕES DE ESCLARECIMENTO ANTES DO PRAZO DE SUBMISSÃO DE PROPOSTAS PARA ABORDAR DÚVIDAS;</li> <li>• PORTAL DE TRANSPARÊNCIA: USAR PLATAFORMAS ONLINE PARA DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES E RESPOSTAS A QUESTIONAMENTOS DE FORMA PÚBLICA E ACESSÍVEL.</li> </ul>
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• INCLUSÃO DE CLÁUSULAS ESPECÍFICAS: INCLUIR CLÁUSULAS QUE ABORDEM EXPLICITAMENTE COMO SERÃO TRATADOS OS QUESTIONAMENTOS E PRAZOS PARA RESPOSTAS.</li> <li>• FORMAÇÃO DA EQUIPE: DESIGNAR UMA EQUIPE ESPECÍFICA PARA RESPONDER RAPIDAMENTE A QUESTIONAMENTOS E RESOLVER PROBLEMAS QUE SURTIREM;</li> <li>• ANÁLISE JURÍDICA: REALIZAR UMA ANÁLISE JURÍDICA COMPLETA DOS DOCUMENTOS DE LICITAÇÃO PARA GARANTIR CONFORMIDADE COM AS LEIS E REGULAMENTOS APLICÁVEIS.</li> </ul>

RISCO 3 - CONTRATAÇÃO DESERTA OU COM ITEM FRACASSADO	
PROBABILIDADE:	BAIXA
IMPACTO:	MÉDIO
DANO:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ATRASOS EM PROJETOS: UMA CONTRATAÇÃO DESERTA OU FRACASSADA PODE CAUSAR ATRASOS SIGNIFICATIVOS EM PROJETOS PÚBLICOS, COMO OBRAS DE INFRAESTRUTURA, FORNECIMENTO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS, OU AQUISIÇÃO DE BENS. ISSO PODE IMPACTAR NEGATIVAMENTE A EFICIÊNCIA E A EFICÁCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;</li> <li>• AUMENTO DE CUSTOS: COM O FRACASSO DE UMA LICITAÇÃO, PODE SER NECESSÁRIO INICIAR UM NOVO PROCESSO LICITATÓRIO, O QUE GERA CUSTOS ADMINISTRATIVOS ADICIONAIS. ALÉM DISSO, A NECESSIDADE DE AJUSTAR OS TERMOS DO EDITAL PARA ATRAIR MAIS PROPOSTAS PODE RESULTAR EM PREÇOS MAIS ALTOS;</li> <li>• PERDA DE CREDIBILIDADE: REPETIDOS FRACASSOS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS PODEM AFETAR A CREDIBILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PERANTE OS FORNECEDORES E A POPULAÇÃO, GERANDO DESCONFIANÇA SOBRE A CAPACIDADE DE GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.</li> </ul>
AÇÃO PREVENTIVA:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ESTUDO DE MERCADO: CONDUZIR UMA PESQUISA DE MERCADO PARA ENTENDER A CAPACIDADE DOS FORNECEDORES, OS PREÇOS PRATICADOS E AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MAIS COMUNS. ISSO AJUDA A AJUSTAR O EDITAL DE FORMA QUE SEJA ATRAENTE PARA OS FORNECEDORES;</li> <li>• ESPECIFICAÇÕES CLARAS E REALISTAS: DEFINIR ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CLARAS, OBJETIVAS E REALISTAS, QUE POSSAM SER ATENDIDAS PELOS FORNECEDORES. EVITAR EXIGÊNCIAS DESNECESSÁRIAS QUE POSSAM RESTRINGIR A PARTICIPAÇÃO;</li> <li>• CESTA DE PREÇOS: ESTABELECE UM ORÇAMENTO COMPATÍVEL COM OS</li> </ul>

	<p>PREÇOS DE MERCADO, EVITANDO SUBESTIMAR OS CUSTOS ENVOLVIDOS;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PRAZO ADEQUADO: DEFINIR PRAZOS RAZOÁVEIS PARA A ENTREGA DE PROPOSTAS E EXECUÇÃO DOS CONTRATOS, PERMITINDO QUE OS FORNECEDORES TENHAM TEMPO SUFICIENTE PARA SE PREPARAR;</li> <li>• DIVULGAÇÃO ADEQUADA: GARANTIR AMPLA DIVULGAÇÃO DOS EDITAIS DE LICITAÇÃO, UTILIZANDO DIVERSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO PARA ALCANÇAR UM MAIOR NÚMERO DE FORNECEDORES;</li> <li>• USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS: UTILIZAR PLATAFORMAS DIGITAIS DE LICITAÇÃO PARA FACILITAR A PARTICIPAÇÃO DOS FORNECEDORES E AUMENTAR A TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO.</li> </ul>
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ANÁLISE DE CAUSAS: IDENTIFICAR RAPIDAMENTE AS CAUSAS QUE LEVARAM AO FRACASSO OU DESERTO DA LICITAÇÃO. PODE ENVOLVER CONSULTAS COM POTENCIAIS FORNECEDORES, ANÁLISE DAS PROPOSTAS DESCLASSIFICADAS E REVISÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.</li> <li>• COMUNICAÇÃO INTERNA: INFORMAR TODOS OS ENVOLVIDOS INTERNAMENTE SOBRE O FRACASSO DA LICITAÇÃO E AS AÇÕES DE CONTINGÊNCIA A SEREM TOMADAS.</li> <li>• REVISÃO E AJUSTE DO EDITAL: BASEADO NA ANÁLISE, AJUSTAR AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, PRAZOS E ESTIMATIVAS DE CUSTO PARA TORNÁ-LAS MAIS ATRATIVAS E VIÁVEIS PARA OS FORNECEDORES.</li> <li>• REABERTURA DA LICITAÇÃO: SE AS ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS FOREM MÍNIMAS, CONSIDERAR A REABERTURA DA LICITAÇÃO COM OS AJUSTES NECESSÁRIOS.</li> <li>• NOVA LICITAÇÃO: CASO AS MUDANÇAS SEJAM SUBSTANCIAIS, PREPARAR E LANÇAR UMA NOVA LICITAÇÃO, GARANTINDO QUE OS PROBLEMAS ANTERIORES TENHAM SIDO RESOLVIDOS.</li> <li>• CONTRATAÇÃO DIRETA: EM CASOS DE URGÊNCIA OU EMERGÊNCIA, ONDE A CONTINUIDADE DO SERVIÇO É CRÍTICA, A LEGISLAÇÃO PERMITE A CONTRATAÇÃO DIRETA DE FORNECEDORES. ISSO DEVE SER FEITO COM TRANSPARÊNCIA E JUSTIFICATIVA ADEQUADA, SEGUINDO OS REGULAMENTOS ESPECÍFICOS PARA SITUAÇÕES EMERGENCIAIS.</li> </ul>

RISCO 4 - ADJUDICATÁRIA SE RECUSAR A ASSINAR O CONTRATO	
PROBABILIDADE:	BAIXA
IMPACTO:	MÉDIO
DANO:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PERDA DE OPORTUNIDADE: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODE PERDER A OPORTUNIDADE DE REALIZAR UMA AQUISIÇÃO, AVANÇAR COM O PROJETO OU SERVIÇO QUE ESTAVA PLANEJADO, O QUE PODE RESULTAR EM ATRASOS OU INTERRUPÇÕES SIGNIFICATIVAS;</li> <li>• CUSTOS ADICIONAIS: PODE HAVER CUSTOS ADICIONAIS INCORRIDOS PELA ENTIDADE, COMO CUSTOS ADMINISTRATIVOS PARA LIDAR COM A SITUAÇÃO, CUSTOS DE REABERTURA DO PROCESSO DE LICITAÇÃO E POTENCIALMENTE CUSTOS LEGAIS SE MEDIDAS LEGAIS FOREM NECESSÁRIAS.</li> </ul>
AÇÃO PREVENTIVA:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• COMUNICAÇÃO CLARA E DOCUMENTADA: DESDE O MOMENTO DA ADJUDICAÇÃO ATÉ A ASSINATURA DO CONTRATO, É IMPORTANTE MANTER UMA COMUNICAÇÃO CLARA E DOCUMENTADA COM A ADJUDICATÁRIA. ISSO INCLUI CONFIRMAR POR ESCRITO OS PRAZOS E AS EXPECTATIVAS PARA A ASSINATURA DO CONTRATO;</li> <li>• CLÁUSULAS CONTRATUAIS CLARAS: GARANTIR QUE O CONTRATO DE LICITAÇÃO CONTENHA CLÁUSULAS CLARAS SOBRE OS PRAZOS E AS CONSEQUÊNCIAS DE NÃO CUMPRIMENTO, INCLUINDO PENALIDADES POR ATRASO NA ASSINATURA OU NÃO CUMPRIMENTO DOS TERMOS;</li> <li>• MONITORAMENTO PROATIVO: MONITORAR DE PERTO O PROGRESSO DA ADJUDICATÁRIA EM RELAÇÃO À ASSINATURA DO CONTRATO, SEGUINDO OS PRAZOS ESTABELECIDOS E AGINDO IMEDIATAMENTE SE HOUVER SINAIS DE HESITAÇÃO OU RECUSA EM ASSINAR;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• NOTIFICAÇÕES FORMAIS: SE A ADJUDICATÁRIA NÃO CUMPRIR OS PRAZOS ACORDADOS OU INDICAR CLARAMENTE QUE NÃO PRETENDE ASSINAR O CONTRATO, ENVIAR NOTIFICAÇÕES FORMAIS POR ESCRITO SOLICITANDO ESCLARECIMENTOS E ESTABELECEndo CONSEQUÊNCIAS CLARAS CASO NÃO HAJA UMA RESPOSTA SATISFATÓRIA;</li> <li>• PENALIDADES CONTRATUAIS: ESTABELECEr CLÁUSULAS QUE ESPECIFICAM PENALIDADES MONETÁRIAS POR ATRASO NA ASSINATURA DO CONTRATO OU POR NÃO CUMPRIMENTO DOS TERMOS ACORDADOS. ESSAS PENALIDADES SÃO GERALMENTE ESTIPULADAS COMO UMA PORCENTAGEM DO VALOR TOTAL DO CONTRATO OU DE UM VALOR FIXO POR DIA DE ATRASO.</li> </ul>
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• POSSÍVEIS PENALIDADES CONTRATUAIS: APLICAR PENALIDADES OU MULTAS SE A PARTE ADJUDICATÁRIA NÃO CUMPRIR COM SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, COMO ASSINAR O CONTRATO DENTRO DE UM PRAZO ESPECÍFICO APÓS A ADJUDICAÇÃO;</li> <li>• REABERTURA DA LICITAÇÃO: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODE OPTAR POR REABRIR O PROCESSO DE LICITAÇÃO SE A ADJUDICATÁRIA SE RECUSAR A ASSINAR O CONTRATO. ISSO GERALMENTE OCORRE PARA SELECIONAR UMA NOVA ADJUDICATÁRIA QUE ESTEJA DISPOSTA A CUMPRIR OS TERMOS DO CONTRATO;</li> <li>• RESPONSABILIDADE POR CUSTOS E DANOS: A ADJUDICATÁRIA QUE SE RECUSA A ASSINAR O CONTRATO PODE SER RESPONSABILIZADA POR CUSTOS ADICIONAIS INCORRIDOS PELA ENTIDADE QUE REALIZOU A LICITAÇÃO, COMO CUSTOS ADMINISTRATIVOS ADICIONAIS OU CUSTOS RELACIONADOS À REABERTURA DO PROCESSO DE LICITAÇÃO;</li> <li>• MEDIDAS ADMINISTRATIVAS: IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO: A EMPRESA ADJUDICATÁRIA QUE SE RECUSA A ASSINAR O CONTRATO PODE SER IMPEDIDA DE PARTICIPAR DE NOVAS LICITAÇÕES POR UM PERÍODO DETERMINADO. INIDONEIDADE: EM CASOS MAIS GRAVES, A EMPRESA PODE SER DECLARADA INIDÔNEA PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR UM PERÍODO DETERMINADO, O QUE IMPLICA NA PROIBIÇÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÕES E DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO.</li> <li>• MEDIDAS LEGAIS: DEPENDENDO DA GRAVIDADE DA RECUSA E DAS CIRCUNSTÂNCIAS ENVOLVIDAS, A ENTIDADE QUE REALIZOU A LICITAÇÃO PODE BUSCAR MEDIDAS LEGAIS PARA BUSCAR REPARAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS, COMO PERDAS FINANCEIRAS DECORRENTES DA RECUSA EM ASSINAR O CONTRATO.</li> <li>• CHAMADA DA SEGUNDA COLOCADA: EM ALGUNS CASOS, A ADMINISTRAÇÃO PODE CHAMAR A PRÓXIMA COLOCADA NA LICITAÇÃO PARA ASSUMIR A POSIÇÃO DA EMPRESA QUE SE RECUSOU A ASSINAR O CONTRATO.</li> </ul>

RISCO 5 - INCAPACIDADE DA EMPRESA VENCEDORA EM EXECUTAR O CONTRATO	
PROBABILIDADE:	BAIXA
IMPACTO:	ALTO
DANO:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ATRASOS NA EXECUÇÃO DO PROJETO: SE A EMPRESA NÃO CONSEGUE CUMPRIR OS PRAZOS ESTABELECIDOS NO CONTRATO, ISSO PODE RESULTAR EM ATRASOS SIGNIFICATIVOS NA ENTREGA DO SERVIÇO OU PRODUTO CONTRATADO, AFETANDO OS CRONOGRAMAS PLANEJADOS;</li> <li>• PREJUÍZOS FINANCEIROS: OS CUSTOS ADICIONAIS PARA CORRIGIR OS PROBLEMAS CAUSADOS PELA EMPRESA INCAPAZ DE EXECUTAR O CONTRATO PODEM SER SIGNIFICATIVOS. ISSO INCLUI CUSTOS DE RETRABALHO, MULTAS CONTRATUAIS E ATÉ MESMO A NECESSIDADE DE REALIZAR UMA NOVA LICITAÇÃO.</li> </ul>
AÇÃO PREVENTIVA:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ANÁLISE RIGOROSA DURANTE A FASE DE HABILITAÇÃO: DURANTE O PROCESSO DE LICITAÇÃO, REALIZAR UMA ANÁLISE DETALHADA DA CAPACIDADE TÉCNICA, FINANCEIRA E OPERACIONAL DOS CONCORRENTES. ISSO PODE ENVOLVER A VERIFICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES, CAPACIDADE FINANCEIRA COM BASE EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATUALIZADAS, E CAPACIDADE</li> </ul>

	<p>OPERACIONAL COM BASE EM RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• EXIGÊNCIA DE GARANTIAS OU CAUÇÕES: EM CERTOS CASOS, PODE SER PRUDENTE EXIGIR QUE A EMPRESA VENCEDORA FORNEÇA GARANTIAS OU CAUÇÕES QUE ASSEGUREM SUA CAPACIDADE DE CUMPRIR COM AS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS. ISSO PODE INCLUIR GARANTIAS BANCÁRIAS, SEGUROS OU OUTRAS FORMAS DE GARANTIA FINANCEIRA.</li> <li>• MONITORAMENTO CONTÍNUO DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO: APÓS A ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO, É IMPORTANTE MONITORAR CONTINUAMENTE O DESEMPENHO DA EMPRESA CONTRATADA. ISSO PODE ENVOLVER RELATÓRIOS PERIÓDICOS, VISITAS DE ACOMPANHAMENTO NO LOCAL, E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS.</li> <li>• CLÁUSULAS CONTRATUAIS ROBUSTAS: INCLUIR CLÁUSULAS CONTRATUAIS QUE PREVEJAM MEDIDAS CLARAS EM CASO DE DESCUMPRIMENTO OU INCAPACIDADE DA EMPRESA CONTRATADA. ISSO PODE INCLUIR PENALIDADES POR ATRASOS, RESCISÃO CONTRATUAL E PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA.</li> <li>• NOTIFICAÇÕES FORMAIS: SE A CONTRATADA NÃO CUMPRIR OS PRAZOS ACORDADOS OU INDICAR CLARAMENTE QUE NÃO PRETENDE REALIZAR AS ENTREGAS OU FORNECIMENTOS, ENVIAR NOTIFICAÇÕES FORMAIS POR ESCRITO SOLICITANDO ESCLARECIMENTOS E ESTABELECENDO CONSEQUÊNCIAS CLARAS CASO NÃO HAJA UMA RESPOSTA SATISFATÓRIA;</li> <li>• PENALIDADES CONTRATUAIS: ESTABELECER CLÁUSULAS QUE ESPECIFICAM PENALIDADES MONETÁRIAS POR ATRASO POR NÃO CUMPRIMENTO DOS TERMOS ACORDADOS. ESSAS PENALIDADES SÃO GERALMENTE ESTIPULADAS COMO UMA PORCENTAGEM DO VALOR TOTAL DO CONTRATO OU DE UM VALOR FIXO POR DIA DE ATRASO.</li> </ul>
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REVISÃO IMEDIATA DA SITUAÇÃO: ASSIM QUE SURGIREM INDÍCIOS DE QUE A EMPRESA VENCEDORA NÃO CONSEGUIRÁ CUMPRIR SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, É FUNDAMENTAL REALIZAR UMA REVISÃO DETALHADA DA SITUAÇÃO. ISSO PODE ENVOLVER UMA ANÁLISE DAS RAZÕES PARA A INCAPACIDADE E A AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS POTENCIAIS NO PROJETO;</li> <li>• ATIVAÇÃO DE GARANTIAS OU CAUÇÕES: SE HOUVER GARANTIAS OU CAUÇÕES PREVISTAS NO CONTRATO, CONSIDERAR A ATIVAÇÃO DESSES MECANISMOS PARA MITIGAR OS PREJUÍZOS FINANCEIROS DECORRENTES DA INCAPACIDADE DA EMPRESA CONTRATADA;</li> <li>• PROCEDIMENTOS LEGAIS: CONSULTAR A EQUIPE JURÍDICA PARA ENTENDER OS DIREITOS E RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS ENVOLVIDOS. ISSO PODE INCLUIR A APLICAÇÃO DE PENALIDADES CONTRATUAIS, A RESCISÃO DO CONTRATO OU A BUSCA POR MEDIDAS JUDICIAIS CASO NECESSÁRIO;</li> <li>• RESCISÃO DE CONTRATO: É UMA MEDIDA DRÁSTICA, MAS ÀS VEZES NECESSÁRIA, QUANDO UMA EMPRESA VENCEDORA DE LICITAÇÃO NÃO CONSEGUE CUMPRIR COM SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS;</li> <li>• CHAMADA DA SEGUNDA COLOCADA: EM ALGUNS CASOS, A ADMINISTRAÇÃO PODE CHAMAR A PRÓXIMA COLOCADA NA LICITAÇÃO PARA ASSUMIR A POSIÇÃO DA EMPRESA QUE SE RECUSOU A ASSINAR O CONTRATO.</li> </ul>

RISCO 6 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU PRODUTOS DE BAIXA QUALIDADE	
PROBABILIDADE:	BAIXA
IMPACTO:	ALTO
DANO:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• DANOS FINANCEIROS: CUSTOS ADICIONAIS INCORRIDOS PARA CORRIGIR OU SUBSTITUIR OS SERVIÇOS OU PRODUTOS DEFEITUOSOS;</li> <li>• PERDA DE RECEITA: CASO OS PRODUTOS OU SERVIÇOS DEFEITUOSOS AFETEM NEGATIVAMENTE A OPERAÇÃO OU A CAPACIDADE DE GERAR RECEITA;</li> <li>• DANOS OPERACIONAIS: INTERRUPÇÕES OU ATRASOS NAS OPERAÇÕES DEVIDO</li> </ul>

	AOS PROBLEMAS COM OS SERVIÇOS OU PRODUTOS FORNECIDOS.
AÇÃO PREVENTIVA:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ESPECIFICAÇÃO CLARA DE REQUISITOS: ELABORE ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS E CLARAS DOS SERVIÇOS OU PRODUTOS QUE SERÃO CONTRATADOS, INCLUINDO PADRÕES DE QUALIDADE, PRAZOS DE ENTREGA, E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO.</li> <li>• ACIONAR CLÁUSULAS CONTRATUAIS: VERIFICAR SE O CONTRATO DE LICITAÇÃO POSSUI CLÁUSULAS QUE ABORDAM PENALIDADES POR FALHAS NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS OU PRODUTOS. ESSAS CLÁUSULAS PODEM INCLUIR MULTAS, DESCONTOS NOS PAGAMENTOS OU ATÉ MESMO RESCISÃO DO CONTRATO, DEPENDENDO DA GRAVIDADE DAS FALHAS.</li> <li>• COMUNICAÇÃO EFICAZ: MANTENHA UMA COMUNICAÇÃO ABERTA E REGULAR COM O FORNECEDOR, ABORDANDO PRONTAMENTE QUAISQUER PROBLEMAS OU PREOCUPAÇÕES RELACIONADOS À QUALIDADE DOS SERVIÇOS OU PRODUTOS ENTREGUES.</li> <li>• MONITORAMENTO CONTÍNUO: MONITORE CONTINUAMENTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO PARA DETECTAR PRECOCEMENTE QUAISQUER SINAIS DE PROBLEMAS.</li> <li>• AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: REALIZAR AVALIAÇÕES PERIÓDICAS DO DESEMPENHO DOS FORNECEDORES COM BASE NOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE E CUMPRIMENTO CONTRATUAL, INCENTIVANDO A MELHORIA CONTÍNUA.</li> </ul>
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS: AVALIAR O IMPACTO DAS DEFICIÊNCIAS NA OPERAÇÃO OU NOS RESULTADOS ESPERADOS. ISSO PODE INCLUIR CUSTOS ADICIONAIS INCORRIDOS PARA CORRIGIR OS PROBLEMAS OU PERDA DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL;</li> <li>• NOTIFICAÇÃO FORMAL: COMUNICAR OFICIALMENTE A PARTE CONTRATADA SOBRE AS QUESTÕES DE QUALIDADE IDENTIFICADAS, POR ESCRITO, DESTACANDO AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS PERTINENTES QUE ESTABELECEM OS PADRÕES DE QUALIDADE ESPERADOS;</li> <li>• CONSIDERAÇÃO LEGAL: SE AS TENTATIVAS DE RESOLUÇÃO AMIGÁVEL NÃO FOREM BEM-SUCEDIDAS, CONSIDERE CONSULTAR UM ADVOGADO ESPECIALIZADO EM CONTRATOS E LICITAÇÕES PARA AVALIAR SUAS OPÇÕES LEGAIS, COMO INICIAR PROCEDIMENTOS DE DISPUTA OU BUSCAR REPARAÇÃO POR MEIO DE MEDIDAS LEGAIS.</li> <li>• PROCEDIMENTOS LEGAIS: CONSULTAR A EQUIPE JURÍDICA PARA ENTENDER OS DIREITOS E RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS ENVOLVIDOS. ISSO PODE INCLUIR A APLICAÇÃO DE PENALIDADES CONTRATUAIS, A RESCISÃO DO CONTRATO OU A BUSCA POR MEDIDAS JUDICIAIS CASO NECESSÁRIO;</li> <li>• RESCISÃO DE CONTRATO: É UMA MEDIDA DRÁSTICA, MAS ÀS VEZES NECESSÁRIA, QUANDO UMA EMPRESA VENCEDORA DE LICITAÇÃO NÃO CONSEGUE CUMPRIR COM SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS;</li> <li>• CHAMADA DA SEGUNDA COLOCADA: EM ALGUNS CASOS, A ADMINISTRAÇÃO PODE CHAMAR A PRÓXIMA COLOCADA NA LICITAÇÃO PARA ASSUMIR A POSIÇÃO DA EMPRESA QUE SE RECUSOU A ASSINAR O CONTRATO.</li> </ul>

### 13. AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS

A SEGUIR ENCONTRA-SE A MATRIZ DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS IDENTIFICADOS.

IMPACTO	PROBABILIDADE			
	SEM IMPACTO	BAIXA	MÉDIO	ALTO
BAIXO		RISCO 2		
MÉDIO		RISCO 1, 3 E 4		
ALTO		RISCOS 5 E 6		

#### **17. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

NÃO HÁ PREVISÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS.

#### **18. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR EVIDÊNCIA QUE A FORMA DE CONTRATAÇÃO QUE MAXIMIZA A PROBABILIDADE DO ALCANCE DOS RESULTADOS PRETENDIDOS COM A MITIGAÇÃO DOS RISCOS E OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE, EFICÁCIA E EFICIÊNCIA, PARA ISSO EVIDENCIA-SE A NECESSIDADE DE UMA APRESENTAÇÃO TÉCNICA DA SOLUÇÃO ANTES DA FINALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, EVITANDO ASSIM OS TRANSTORNOS PROVENIENTES DE UMA CONTRATAÇÃO SEM ANÁLISE PRÉVIA DE ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS AQUI ESTIPULADAS.

CONSIDERANDO, QUE OS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO FORAM OBJETIVAMENTE DEFINIDOS E A SOLUÇÃO ENCONTRADA MOSTRA-SE ADEQUADA PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE, RESTA DEMONSTRADA A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO, NA FORMA IDENTIFICADA NESTE INSTRUMENTO.

NÃO HAVENDO IMPEDIMENTOS OU VÍCIOS E CONSTATADA A NECESSIDADE E CONVENIÊNCIA DA PRESENTE CONTRATAÇÃO, DECLARASSE-SE O PRESENTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR COMO VIÁVEL.

NOVO ITACOLOMI/PR., AOS 04 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2024.

---

**ALINE APARECIDA DEGAM LIMA**

CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

Consulte autenticidade do arquivo através do QR Code, ou copie e cole o link no navegador:  
<https://novoitacolomi.oxy.elotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=d5e92f3d-8a0a-447d-bab2-2d89b881dc42>

